

## **MOVIMENTO SOCIAL E INFORMAÇÃO**

**Eixo temático:** A articulação política dos profissionais da informação em movimentos

**Modalidade de apresentação:** Oral

### **Autores:**

Ariane França

Discente de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
arianefrancabiblio@hotmail.com

Emmanuel Silveira Mendes

Discente de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG  
emmanuelbh@gmail.com

### **RESUMO**

Diante do grande avanço da tecnologia, da globalização e da sociedade da informação, os movimentos sociais (conjunto de pessoas ou organizações com interesses comuns para um determinado fim) ganham força e significados. Para consolidarem seus ideais ou metas necessitam de conhecimento. Este, por sua vez, será fornecido de maneira mais específica pelo profissional da informação, com a utilização de tecnologias e sistemas apropriados para que o movimento possa buscar e trocar informações. Isto demonstra que o profissional da informação é essencial para que estes movimentos sociais - em face das redes ou parcerias - possam alcançar seus objetivos. Para que isso ocorra da melhor forma, necessita-se de uma política voltada à ética, devendo ser respeitada e efetivada. Certos movimentos sociais da atualidade são focos para debates, inclui-se também até que ponto os profissionais da informação são imparciais ao passar uma informação e como a acessibilidade aos documentos são administradas, dando seu suporte para todos os utilizadores. A articulação política do profissional se faz presente em determinadas etapas do movimento social, aos desafios criados pela própria sociedade, a cultura, educação e ao desenvolvimento humano. Tudo leva a crer que quanto mais informações detivermos, maior será o controle do poder de influência sobre os grupos, tanto para uso didático quanto para manipulação.

**Palavras chave:** movimentos sociais, profissional da informação, ética profissional.

## 1. Aspectos gerais

Para melhor contextualizar o tema deste trabalho, se faz importante mencionar o histórico e a definição do que venha a ser informação para a sociedade informacional, pois é através dessa contextualização que o assunto abordado pode ser interado. Após a segunda metade do século XVIII, já se tem grandes evidências da importância da informação. É quando a comunicação se torna indispensável ao se dar a divisão e a especialização do processo produtivo. Com o início da revolução industrial a estrutura de trabalho alterou-se, sendo fragmentada em etapas nas fábricas. O plano de divisão de trabalho uniu-se a administração estratégica do complexo de comunicação e locomoção, tornando-se um sistema de crédito, de acordo com Mattelart e Mattelart (2003). Assim, aumenta-se e se estimula a troca de informação.

Um outro ponto evidente da grande demanda informacional, é o contexto pós guerra. Houve uma “explosão informacional”, decorrente da grande evolução tecnológica e científica. O fenômeno recebeu essa expressão, por que logo após a segunda guerra Mundial (1939 - 1945) e mesmo durante o entre guerras (1920 – 1938) o volume de conhecimento científico se tornou exagerado. (ALMEIDA, 2005).

O fenômeno informacional apresenta grandes falhas, ambigüidades, imprecisões e grandes faixas de incertezas: “a informação é uma noção nuclear, mas problemática. Daí, toda a sua ambigüidade: não se pode dizer quase nada sobre ela, mas não se pode passar sem ela”. (MORIN,1991).

Na área da Ciência da informação há uma grande aceitação de que a informação requer processo de comunicação: um emissor, um receptor, um canal – em sua descrição mais sumária. (BRAGA, 1995).

Além de muito importante para a sociedade informacional de um modo geral, a informação se faz presente no contexto dos movimentos sociais, que a utiliza como meio de passar para a sociedade seus objetivos e interesses. Os movimentos sociais e sindicais, até a década de oitenta, ressaltavam sobre as novas tecnologias, principalmente seus efeitos negativos para a sociedade: como o desemprego e falta de oportunidades. Ao passar este impacto, a tecnologia vem tomando outra forma, agora vista como meio de divulgação de informação e conhecimento. Os grupos utilizam como recursos de propagação de seus ideais os vídeos, internet, folhetos etc. O mais comum é a internet, por possibilitar um grande número de contatos sem necessariamente ter a presença física. (Scherer-Warren, 2005)

Para entendermos melhor os movimentos sociais cabe definir bem o que são eles. Segundo Fernandes (2004) trata-se de um conjunto de pessoas e/ou organizações com a mesma percepção do futuro, com interesses comuns para um determinado fim. Continuando este autor afirma que:

“Trata-se de um empreendimento colectivo que busca uma nova ordenação da vida, procurando conjugar expectativas, ansiedades e motivações de um conjunto de pessoas e de organizações, no sentido de construir concepções transformadoras do quotidiano das sociedades e de pôr em causa padrões e valores que impedem o exercício da cidadania plena e da integralidade dos direitos humanos”

As Redes, conhecidas como responsáveis pelo compartilhamento de idéias entre pessoas que possuem interesses e objetivos em comum, devem andar sempre conjunta com os movimentos sociais, uma vez que através delas pode-se ampliar o conhecimento e a tramitação de informações. Conhecendo bem as redes, podemos melhor visualizar como o movimento social surge. A procura de um bem-estar pessoal, social e econômico são os motivadores para tal. As características do que sejam esses bens vem sendo construídas pela sociedade, em suas diferentes formas, uma vez que cada indivíduo possui um desejo e uma expectativa, suas interações buscam realizar todos os ensejos que conseguirem. Isso se dá desde às pequenas causas, ou realização pessoal citado acima, até os movimentos de grandes impactos na comunidade. Segundo Marteleto e Silva (2004) três formas de redes sociais são necessárias para a comunidade ter sucesso: confiança e comprometimento; ampliação das fontes de informações e conhecimento; acesso às instituições e ao poder.

O poder público concentra a maior parte dos olhares, pois o capital está mais visível e de certa forma alcançável através dele. Muitas das causas sociais são solucionadas com o desenvolvimento, estruturação e ajustes que levam em consideração o dinheiro. A busca por direitos civis e benefícios tiveram grandes dificuldades, muitos esperavam que o governo resolvesse todos problemas. Já as ONGs são raras com absoluta autonomia financeira, necessitando de buscar recursos através de parcerias. Parcerias entendidas como “reunião de indivíduos para a exploração de interesses em comum” são necessárias, não somente para uma troca de informações e sim aumentar o grupo com os mesmos interesses.

## **2. Movimentos sociais**

Cada região do Brasil possui movimentos sociais diferenciados onde buscam a legitimação de seus ideais. Fazem parte do movimento normalmente pessoas de uma mesma região, exceto as ONGs estatais ou nacionais, que abrangem um número maior de pessoas. Essas ONGs (Organizações Não Governamentais) estabelecem objetivos em participação com a comunidade e através de reuniões onde possam discutir sobre as melhorias e os direitos que merecem.

Tendo observado o papel desempenhado pelos movimentos e ONGs ao longo da história pode-se perceber que o Estado não conseguiria abraçar, por assim dizer, todo o território que tem sob seu domínio, surgindo como uma nova aliada as organizações que promovem a mobilização das comunidades envolvidas. Essas

organizações muitas vezes formam parcerias com o governo. Segundo RICCI (2006):

“No caso das ONGs, o fim do mobilismo abriu uma trincheira política importante. A ABONG, Associação Brasileira de ONGs, provocou um importante debate a respeito dos modelos de representação social que despontavam no final do século passado. Em alguns de seus textos, sugeriu que as ONGs haviam se transformado num importante modelo de representação, típica de uma sociedade fragmentada, altamente diferenciada em seu interior. Sindicatos e partidos estariam fadados ao esgotamento da representação corporativa ou universal. O fato é que as ONGs evoluíram, em alguns casos, para OSCIPs e passaram a assumir a condução de políticas públicas em muitas regiões do país. Daí, teriam surgido relações privilegiada entre algumas ONGs e agências estatais, conformando anéis burocráticos entre repartições públicas e coordenações de entidades”.

A denominação de ONG que a caracteriza foi cunhada na Ata de Constituição da ONU - Organização das Nações Unidas, datada de 1946, onde são definidas como “entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade”. Na história as ONGs ganharam relevância junto aos órgãos do governo, tornando assim parte reconhecida e comprometida a dar assessoria aos movimentos sociais e com suas respectivas causas, desenvolvendo trabalhos com eles - sem poder exercer politicamente papel de chefia, nem submeter as suas decisões.

Segundo Scherer-Warren (2005, p. 50-52) os novos movimentos sociais surgiram para distribuição das forças entre Estado e sociedade, diferenciando dos movimentos do passado onde a conquista encaminhava para direitos civis, além de questionar o Estado. Exemplos como movimentos de bairro, movimentos ecológicos, movimentos feministas e os movimentos dos sem-terra tem percussão em todo o país que é o Brasil.

### **3. Profissional da informação e movimento social**

Após definir bem os movimentos sociais e o que se interpreta como informação, pode-se iniciar a tarefa de colocar o profissional da informação inserido no âmbito dos movimentos sociais. Segundo o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (1986):

“A resolução CFB nº 327/86, de 20 de agosto de 1986 aprova o Código de Ética Profissional do Bibliotecário. O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965.”

O profissional da informação ganha significativo valor dentro da sociedade e um espaço importante também, e por causa deste mérito é criado um Código de Ética Profissional do Bibliotecário, onde entre outros artigos podemos destacar:

Art. 8o – O Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir à coletividade.

Art. 9o – No desempenho de cargo, função, ou emprego, cumpre ao Bibliotecário dignificá-lo moral e profissionalmente.

Art. 10 – Quando consultor, o Bibliotecário deve limitar seus pareceres às matérias específicas que tenham sido objeto da consulta.

Também se deve ressaltar que o profissional deve prezar pela “não violação” do sigilo, quando a instituição onde está inserido se faz necessária.

A autora GARCIA (1992) em seu artigo coloca em questão a ética do profissional da informação com o esforço para determinar, até certo ponto, como devemos proceder em determinadas situações, já que o próprio código de ética pressupõe de forma geral o nosso desempenho. O exemplo colocado foi o do aluno ao solicitar ao profissional da informação livros para sua pesquisa e posteriormente o professor do mesmo volta ao profissional e exige a fonte que o estudante utilizou, uma vez que suspeita de plágio. O profissional diante dos movimentos sociais, como instituição, depara com situações equivalentes, já que detém de informações úteis, porém o sigilo pode impedi-lo de informar.

Estamos tratando o profissional da informação apenas como mediador. Neste caso, sua limitação está direcionada a recuperação, aos meios pelos quais foi treinado e faz seu trabalho. Partindo desse ponto podemos observar o quão importante torna esta profissão, vejamos por outro exemplo: Uma pessoa solicita uma informação, e esta aos olhos do bibliotecário pode intervir na comunidade de forma bem impactante, como aconteceria à divulgação voluntária e tradução dos documentos da ditadura militar no tempo do regime? Estaria ele errado em negar? Ele poderá optar em fornecer a informação ou não, definindo-a de acordo com seu critério pessoal? Devemos lembrar que somos sujeitos com idéias próprias e não estamos isentos de ser totalmente imparciais.

Consideremos agora a ditadura no Brasil ocorrida entre 1964-1985, sem o interesse de aprofundar na questão política e ideológica que motivaram este acontecimento histórico, apenas falaremos sobre o número de documentos – levamos em conta a definição de tudo que foi escrito, fotografado, gravado em vídeo e áudio, disseminado ou não durante esta época referente à ditadura – que não foram de

alcance da população no geral. Os profissionais que atuaram junto ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tiveram acesso aos documentos, estes por sua vez passam a ser disponibilizados no Arquivo Nacional. De acordo com RUSSEFF (2006):

“Dando continuidade a iniciativas dos últimos governos democráticos, em novembro de 2005, o Presidente Lula assinou decreto regulamentando a transferência para o Arquivo Nacional dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Investigações e Serviço Nacional de Informações, até então sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e passou à Casa Civil a coordenação do recolhimento dos arquivos”.

Os arquivos eram de interesse da grande maioria da população que tiveram maior sofrimento por causa dos abusos e a discriminação pelo regime. Contudo, não era possível a pesquisa ou localização de certos dados, mantendo sempre o sigilo. Observa-se que estes documentos podem ser interpretados como sendo sigilosos ou não, e o por incrível que pareça, até as informações sobre a própria solicitante não eram fornecidas, nem mesmo dos referentes parentes. A política adotada era não favorecer os movimentos sociais surgidos na época contra a forma de governo vigente.

A atual situação dos disseminadores de informações é outra, vivemos em um país democrático e o que antes era proibido torna aberto ao público, o que demonstramos anteriormente. Ainda existe um outro fator que devemos apontar e refletir, pois mesmo que considerarmos que a instituição ditará o que devemos divulgar ou não, ainda existe os meios lícitos para agir de acordo com a vontade e benefício do detentor da informação. O que pode causar a manipulação da mesma.

Primeiramente nos adentremos na visão do poder, vamos dar o devido valor à informação, como disse CASTRO (2005) quando coloca a informação como recurso à sobrevivência, que por sua vez reflete sobre:

“a condição de uma garantia jurídica, a informação obtida no trabalho da memória coletiva ganha uma dimensão de direito à vida e incorpora uma representatividade social e democrática, como ocorreu com os sobreviventes dos campos de concentração na Europa ou como pretendem os remanescentes da luta política no Brasil à época da ditadura militar”.

A autora, de forma sábia estabelece em seu texto um eixo importante para que se pense sobre como em tempos de risco ou perda da liberdade – e pode-se considerar outros exemplos como: perda ou falta de direitos -, a informação e sua comunicação para formação de conhecimento são essenciais para mudanças diante da sociedade:

“a memória passa a representar um estoque informacional de valor social que possibilita a sociedade e os indivíduos disporem de garantias para exercitarem da melhor forma seu direito à informação”.

Voltando a questão da manipulação e o poder de influenciar, referencia-se ao documentário “Muito além do cidadão Kane” de Simon Hartog produzido em 1993 pelo canal 4 da BBC - Londres. O documentário discute o poder da rede Globo e teve sua exibição proibida no Brasil. É retratada a comunicação como uma forma prática e rápida para informar. A política e a economia ditarão o que é relevante sempre, enquanto houver sistemas capitalistas e a república, já que atualmente faz-se necessário seguir certos caminhos para consolidarmos nossos objetivos individuais ou coletivos. Dito isso podemos concluir que: quem possui o conhecimento sobressai diante dos demais.

O bibliotecário como o documentarista pode agir de forma mais abrangente dentro de uma ação social, seja para defender um direito ou organizar um projeto que traga benefícios a todos, desde que para isso não vá contra a ética que sua profissão exige. Agir como líder ou agente precursor dos movimentos sociais são características de poucas pessoas que desejam modificar e aperfeiçoar o modo de vida das sociedades, uma vez que fazem parte dela.

A biblioteca digital, por exemplo, surgida em alguns países até mesmo como “biblioteca virtual” ou “revista virtual” pela sua representação mais real do documento físico é um marco histórico. É uma prova do que a tecnologia pode alcançar e ir além. Disponibilizar um acervo virtual seja de conteúdos acadêmicos, jornalístico, geográfico entre outros significa disponibilizar para o público o maior número de informação possível. Tratando de uma biblioteca digital do Estado pode-se dizer que os documentos encontrados nela são válidos, sendo assim uma informação considerada verdadeira. Para não confundirmos com as informações falsas que acontecem e podem aparecer durante o processo de recuperação da informação na internet. O meio digital possibilita buscas sem a necessidade de uma pessoa estar fisicamente no local, podendo ter acesso do conteúdo de uma residência ou até mesmo em locais apropriados como lan house, cybercafés e escolas. E se falamos em biblioteca, claro que o bibliotecário será convocado a participar de sua criação e elaboração, catalogação, tradução e indexação. Uma biblioteca digital não surge do nada. Através de iniciativas dos interessados, e estes acreditamos provir dos profissionais da informação que sabem da importância de divulgar a existência dos documentos e preservar a memória adotam articular com o Estado para execução desses projetos. Surge então, apesar do distanciamento direto com os profissionais uma rede virtual direcionada a pesquisa e a saciar os internautas e pesquisadores de diversas áreas, inclusive os responsáveis pelos movimentos sociais. A ferramenta antes utilizada apenas pelos poucos capacitados, de alguns anos para cá tornou-se de fácil utilidade e manuseio.

A informática e os meios de comunicação em massa vêm ampliando a cada década que passa. Seu avanço permite a todos os envolvidos participarem de forma global e estarem mais conectados uns com os outros. Podemos em instantes ter acesso as mais diversas informações, as quais nos influenciam e nos movem em direção a algo maior. Por sua vez, sem um determinado filtro podemos chegar a crer que não

seremos capazes de armazenar tanto conhecimento ou sentiremos deslocados a mercê dos mesmos. O que serve de apoio são os profissionais que com estudo e dedicação organizam a informação para somente, se necessário, fazer uso dela e possam facilmente recuperar em qualquer momento. Saber lidar com a tecnologia é essencial no mundo moderno em que vivemos. E os sistemas de recuperação da informação a cada ano que passa desenvolvem-se técnicas que tanto o mercado consumidor quanto as instituições independentes adotam para favorecer seus usuários.

#### **4. Considerações finais**

A informação é o insumo de poder e solução, na proporção em que através dela se tem alternativas às necessidades de conhecimento que venham a surgir, em quaisquer objetivos, de apenas curiosidade até tomadas de decisões no trabalho, na própria vida do ser humano e nos movimentos sociais.

O profissional da informação situa-se na sociedade como um especialista que domina certas técnicas, retém certas competências e habilidades para agir de forma crítica na identificação de demandas informacionais de diversos tipos e graus de complexidade. Sendo assim, ele é um instrumento importantíssimo para que os movimentos sociais possam selecionar o que realmente pode ser útil.

Além disso, é preciso que a ética do profissional da informação seja discutida quanto à tomada de decisões em situações conflitantes, como no caso de fornecimento de informações que possam trazer prejuízos tanto a sociedade de um modo geral quanto aos movimentos sociais, que precisam do profissional da informação na busca de conhecimento para atingirem um determinado fim.

Segue-se então uma questão muito relevante para o estudo deste tema. Até que ponto o profissional da informação com seus valores, pensamentos e formação seria ético na hora de fornecer informações para instituições, e dentre elas destacamos os movimentos sociais, que podem ser considerados uma ferramenta para a que a sociedade seja justa e igualitária?

É necessário, ainda, despertar a consciência dos profissionais da informação para a importância da ética na profissão, pois é um tema rico em observações e oportunidades de construção de um pensamento futurista e integral, da profissão e do mundo.

## Referências

ALMEIDA, Carlos Cândido de. *O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil*. 2005. 395f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p. 84-88, jan./abr. 1995.

CABRAL, Adilson. Movimentos sociais, as ONGs e a militância que pensa, logo existe. Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>> Acesso em: 17 mar. 2009.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Informação, ética e Museu: uma aproximação conceitual. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, abr. 2005. Disponível em:  
<[http://www.dgz.org.br/abr05/F\\_1\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/abr05/F_1_art.htm)> Acesso em: 09 mar. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução n. 327, 4 nov. 1986. [publicada no Diário Oficial da União, 4 nov. 1986.] Código de ética Profissional do Bibliotecário. Brasília: CRBI, 1996.

RUSSEFF, Dilma Vana. Apresentação. *Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro. Disponível em: <  
<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cqilua.exe/sys/start.htm?sid=43>> Acesso em: 20 abr. 2009.

FERNANDES, Judite Cunha. Redes e Movimentos Sociais sob os novos paradigmas da informação. *Centro de Informação, Promoção e Acompanhamento de Políticas de Igualdade – CIP*, Lisboa, 2004. Disponível em:  
<<http://badinfo.apbad.pt/Congresso9/COM4.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2009.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Bibliotecário: informar tudo a todos?. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v.2, n.1, p. 78-85, 1992.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Gestão e tecnologia da informação: desafios do profissional da informação. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.9, n.5, out. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out08/F\\_1\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out08/F_1_art.htm)> Acesso em: 09 mar. 2009.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *SciELO*, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>> Acesso em: 09 maio 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MELLO, Geraldo Anhaia - Muito além do cidadão Kane. São Paulo: Scritta Editorial, 1994.

MISCHIATI, Ana Cristina; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do Bibliotecário. *Transinformação*, Campinas, v.17, n.3, p. 209-220, set./dez. 2005.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa, Instituto Piaget, 1991.

NINA, Renée Rosanne Vaz. O bibliotecário como profissional da informação e as representações de suas competências profissionais e pessoais para atuar em bibliotecas. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Santa Catarina, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cin.ufsc.br/pgcin/ReneeNina.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2009.

OLIVEIRA, Marlene de. *Ciência da Informação: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 143 p.

REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende Cabral (Org.). *Informação Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007. 144 p.

RICCI, Rudá. Dilemas dos Movimentos Sociais e Organizações Populares em Minas Gerais. *Revista Espaço Acadêmico*, Belo Horizonte, n. 59, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/059/59ricci.htm>> Acesso em: 31 maio 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. 143 p.

TARGINO, Maria das Graças. Ética Profissional e o Bibliotecário. *Revista de Biblioteconomia do Maranhão*, São Luís, v. 1, p. 43-56, 1997.